



Entrevista

Neste número, a entrevista é com o Dr. Telson Luis Cavalcante Ferreira – advogado e professor de Direito Eleitoral. Ele trata do cenário político atual, considerando a realização das eleições municipais de 2012.

Reportagem

O tema “Justiça Eleitoral brasileira realiza a maior eleição informatizada do mundo em 2012” é abordado na reportagem da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TSE.

Artigos

Os cinco artigos desta edição tratam dos seguintes temas: propaganda no rádio e na televisão; Justiça Eleitoral e educação para a cidadania; voto consciente; financiamento público exclusivo de campanhas e listas partidárias preordenadas; papel da Justiça Eleitoral. Como tema complementar, tem-se o artigo “Desafios e soluções para a gestão de recursos humanos no setor público”. Confira.



TRIBUNAL
SUPERIOR
ELEITORAL

Você vai acompanhar, a partir de agora, uma entrevista com Telson Luís Cavalcante Ferreira – professor de Direito Eleitoral, especialista em Direito Eleitoral e em Direito Público, e mestrando em Ciência Política.

Bom, professor, primeiramente, gostaria de agradecer-lhe por aceitar o convite da EJE para esta entrevista.

Professor, considerando o cenário político atual, o senhor acredita que houve um crescimento no alistamento eleitoral de jovens com idade entre 16 e 18 anos?

Inicialmente, é importante ressaltar que a nossa constituição, em seu art. 14, II, §1º, afirma que jovens de 16 e 17 anos possuem uma faculdade de se alistar; ou seja, uma faculdade de votar e de fazer com que seus direitos políticos sejam iniciados. Então, nessa faixa etária, é uma liberalidade do cidadão exercer seu direito de sufrágio.

Levando em consideração os dados oficiais que foram tornados públicos pelo próprio TSE, nós podemos perceber, categoricamente, que, de 2010 até as eleições que se avizinham, houve um leve, mas considerável, aumento na quantidade de eleitores na faixa etária de 16 e 17 anos. Na eleição de 2010, nós tínhamos cerca de 1,76% do eleitorado nacional nessa faixa etária. Hoje, para as eleições municipais de 2012, já estamos em um patamar de pouco mais de 2% do eleitorado nacional – um aumento em torno de 500 mil eleitores.

Nós podemos e devemos ressaltar que, apesar de parecer pouco, já é um aumento significativo. No entanto é importante ressaltar que houve uma diminuição no que tange à avaliação de 2012 em relação à eleição de 2008, pois em 2008 o percentual era maior – em torno de 2 milhões e 900 mil eleitores nessa faixa etária. Então, percebemos que houve uma mudança: de 2008 até 2010 houve um decréscimo e, de 2010 para 2012, houve um aumento.

Para os especialistas no assunto, essa volatilidade – mudança para mais e para menos – deu-se em decorrência do amadurecimento de nossa população, pois o Brasil está deixando de ser um país eminentemente de jovens e está passando a ter maior quantidade de adultos. Como prova disso, frise-se, por oportuno, que um jovem que hoje tem 16 anos, nas próximas eleições, terá mais de 18 anos em decorrência da periodicidade das nossas eleições.

Importante ressaltar, ainda, o trabalho desempenhado pela própria Justiça Eleitoral, que tem fomentado a conscientização e importância do eleitorado jovem; e até mesmo as atividades desenvolvidas pelos movimentos estudantis, que buscam trazer o jovem eleitor para esse mister tão importante que é o de escolher e eleger nossos representantes.

E o que o senhor acha da questão da proporcionalidade de candidaturas masculinas e femininas para as eleições municipais deste ano?

Eu acredito que diminuí o rigor do machismo que, infelizmente, ainda impera no cenário político brasileiro. Não vamos ser hipócritas de desconhecer a existência do machismo por parte da classe política do Brasil.

Destaque-se, também, por oportuno, que o Brasil ocupa, de acordo com a Organização Mundial da União Interparlamentar, a 146ª posição no ranking no que tange à participação das mulheres nas eleições. Vamos citar como exemplo o nosso Congresso Nacional – especificamente a Câmara dos Deputados – que, de um universo de 513 cadeiras, apenas 46 são ocupadas por deputadas; ou seja, apenas 9% são do sexo feminino.

Importante trazer a lume que, mundialmente, esse percentual gira em torno de 18%. Já na América Latina, esse índice chega a um patamar de 20%. Então o Brasil está muito aquém da razoabilidade.

Outro ponto que eu gostaria de trazer para conhecimento de todos é uma exigência da Lei nº 9.504/1997 – lei que trata exatamente das eleições. Em sua redação original, essa lei continha exatamente uma exigência no sentido de que os partidos políticos e as coligações deveriam reservar um percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo. Ocorre que, com o advento da Lei nº 12.034/2009, a faculdade que os partidos tinham de escolher o sexo dos seus candidatos deixou de existir e a aplicação da lei se tornou uma obrigação. Essa mudança legislativa impôs às coligações, quando do requerimento do registro de seus candidatos, que seja peremptoriamente respeitado esse limite de 30% a 70%, sob pena de indeferimento da candidatura de todos os candidatos – conforme já decidiu o Tribunal Superior Eleitoral.

Então tenho convicção de que mecanismos legais como esse vão, paulatinamente, fazer com que essa equiparação ocorra o quanto antes.

Professor, em virtude da exigência legal de um percentual de candidaturas femininas para as eleições proporcionais, ou seja, deputados e vereadores, hoje em dia tem sido mais comum encontrar mulheres em cargos eletivos?

É um fato indiscutível e notório que as mulheres, atualmente, estão exercendo os maiores cargos em todos os poderes da Nação – inclusive em todas as unidades da federação. Isso é muito importante, porque o nosso eleitorado, por exemplo, é composto por maioria de mulheres. Pouca gente sabe disso, mas 52% do nosso eleitorado é formado por mulheres. Então é importante, sim, que haja uma maior presença do eleitorado feminino e também uma participação das mulheres governando o país, administrando empresas, administrando o município, porque o centro da nossa democracia representativa é exatamente fazer com que os anseios da população sejam atendidos; que os nossos representantes reflitam a necessidade e espelhem a nossa sociedade. Portanto, a cada dia que passa, é muito importante que a democracia representativa seja devidamente composta, não só no cenário político, mas em todos os ramos da profissão.

Em breve acontecerão as eleições municipais de 2012. Nesse sentido, o que os eleitores devem analisar em um candidato para decidirem em quem votar?

A eleição de 2012 é uma verdadeira e grandiosa festa da democracia, porque, com exceção do Distrito Federal e da Ilha de Fernando de Noronha, todos os eleitores brasileiros – cerca de 140 milhões – serão

chamados a exercer o múnus público de eleger os seus representantes. A eleição de 2012 será um marco e a Justiça Eleitoral terá toda estrutura para acolher esses eleitores e fazer com que a vontade do povo se reflita nas urnas.

É importante frisar e consignar que o Brasil, em nível mundial, hoje é uma referência. As eleições realizadas em nosso país possuem características que devem ser enaltecidas. Em que pese a muitos críticos do assunto, hoje o Brasil tem características importantes, como, por exemplo, segurança e magnitude das eleições. A nossa Justiça Eleitoral, no que se refere às eleições, é muito segura em decorrência, inclusive, da tecnologia que é adotada. Recentemente, o TSE tratou em audiência pública exatamente a segurança das eleições e até mesmo da própria urna. Já quanto à magnitude das nossas eleições, são 140 milhões de pessoas que irão votar. Então nós temos de parabenizar a Justiça Eleitoral também pela celeridade da votação, bem como pela agilização na apuração e definição do resultado.

Repita-se que hoje o Brasil, a título mundial, é uma referência no que está relacionado às eleições. É de suma importância, portanto, deixar consignada essa magnitude das eleições.

Os eleitores devem levar em consideração os fatores e a conscientização para escolherem os candidatos. Em sala de aula, eu gosto de dar uma dica: para o legislativo, devemos dar prioridade de votar – de acordo com nossas convicções – em pessoas que tenham uma cultura diferenciada, pois elas irão fazer as leis. Por outro lado, para o cargo do executivo, acredito que seja interessante priorizar aquelas pessoas que têm um histórico de bom administrador, de pessoa proba que não

tenha mazelas em seu currículo. Outra dica é verificar, com base nas informações que são divulgadas, a vida pregressa do candidato, porque não podemos cometer o erro de eleger um candidato que tem uma vida pregressa maléfica para os cofres públicos.

Considerando ainda a realização das eleições municipais deste ano, como o senhor avalia o cenário político do país e o que espera que aconteça de positivo com a realização dessas eleições?

Com o advento da Constituição de 1988 – a constituição democrática – e, principalmente, com a eleição direta, nós estamos passando por um momento onde estamos consolidando a nossa democracia atual. É muito recente, mas os fatos pretéritos demonstram que nós estamos passando por uma estabilidade na nossa democracia. No que tange ao cenário político, eu creio que a alternância do poder é primordial, porque, a partir do momento em que há uma oposição bastante efetiva, vamos ter uma cobrança e uma fiscalização maior. A situação vai querer trabalhar mais, produzir mais. E quem ganha é o eleitorado, ou seja, é a sociedade. Então a alternância de poder é de suma importância. É lógico que hoje estamos passando por um momento em que um partido, a nível nacional, está há certo tempo trabalhando, mas destaque-se que já houve uma alternância da Era Fernando Henrique para a Era Lula e, agora, estamos na Era Dilma. Essa alternância faz com que as instituições cobrem e que os resultados apareçam.

Eu, na qualidade de eleitor e de cidadão, espero que as eleições de 2012 sejam repletas de candidatos com condições de administrar nossa cidade; que a Justiça Eleitoral exerça seu papel primordial de coibir candidatos que não tenham condições de administrar nosso

país; e que a Lei da Ficha Limpa e o combate à corrupção sejam praticados nas Eleições 2012.

Quero aqui agradecer ao professor Telson Luís Cavalcante Ferreira pelos esclarecimentos.

E agradecer, também, a você que nos acompanhou nesta quinta edição da Revista Eletrônica da Escola Judiciária Eleitoral (EJE). Obrigado.